



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6989/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026**

O **MUNICÍPIO DE ITUIUTABA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Conego Ângelo, S/N - Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.457.218/0001-35, representado neste ato, pela Prefeita Leandra Guedes Ferreira, que por sua vez conforme Decreto nº 10.407/2022, e representada pelo Secretário Municipal Conrado Henrique Nascimento Alves, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ: **XXXXXXXXXXXX**, com sede a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **.....**, portador(a) da Carteira de Identidade nº **.....**, expedida pela (o) **.....**, e CPF nº **.....**, tendo em vista o que consta no Processo nº XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto nº 10.537 de 29 de março de 2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa nº. XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

**1.1. AQUISIÇÃO DE CAPAS E COLCHÕES HOSPITALARES IMPERMEÁVEIS PARA ATENDER À NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DOS COLCHÕES DOS LEITOS DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ITUIUTABA.**

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE:	
E-MAIL:	TEL.: ( )

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 1 (um) ano, a partir da assinatura, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

**3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ **.....** (.....).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1 As despesas serão acobertas pela seguinte fonte de recurso:  
10.302.0019.2.118 - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO/UPA24/SAMU  
NAT. DE DESPESA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO  
Dotação: 552  
FR: 1.621.000.0000  
Evento: 001.119  
Conta Corrente: 78224-6  
Valor: R\$ 29.881,32

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.**

5.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável do recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

5.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até 30 (trinta) dias mediante a apresentação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

5.4 O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.5 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

5.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.7 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias a entrega dos materiais são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo a CONTRATANTE exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.



5.8 Das condições de aquisição e pagamento semelhantes as do setor privado:

5.8.1 Tendo em vista que não se aplica ao objeto licitado a modalidade de pagamento antecipado, tampouco será realizado pagamento mediante cartão de crédito, tem-se por afastada a disposição constante no Art. 40, I da Lei 14.133/2021 que determina que sejam adotadas condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.**

8.1. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato. Caso, após esse período, seja formalizado contrato decorrente da Ata, o reajuste será aplicado mediante a utilização do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações cuja execução se inicie e se conclua após o transcurso da anualidade, conforme disposto no §3º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REALINHAMENTO**

Os preços propostos pela contratada poderão ser realinhados com base nos valores de mercado, observado o disposto no Art. 124 da Lei 14.133/21 e posteriores alterações e demais normas de direito aplicáveis.

- a) Eventual realinhamento deverá ser solicitado, mediante requerimento formal protocolado à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos no endereço contido no cabeçalho.
- b) Para fundamentar o pedido de realinhamento, a contratada deverá instruir seu requerimento com Nota Fiscal próxima a realização da licitação e outra (s) contemporânea àquele, além de outros documentos pertinentes que justifiquem o preço a ser realinhado.
- c) Deverá ainda, para solicitação do realinhamento a contratada, apresentar junto a sua solicitação PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO com os preços e índices percentuais próximos a data de realização deste certame, podendo a licitante, caso deseje apresentar esta planilha juntamente com sua proposta ou na assinatura do Termo Contratual.
- d) A não apresentação da Planilha de Composição de custo importará no não conhecimento do pedido de realinhamento, por não estarem presentes os requisitos técnicos para sua apreciação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme item 4.22 do Termo de Referência e artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto e o baixo risco associado à execução contratual.

8.2 A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados durante toda a vigência do contrato, responsabilizando-se por falhas ou defeitos decorrentes da execução.

## **9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

9.1.1. O prazo máximo para fornecimento do objeto deste Termo de Referência será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento, que serão emitidas após a publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município de Ituiutaba.

a) Caso não seja possível efetuar a entrega na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE as razões respectivas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para análise de eventual prorrogação pela Secretaria requisitante, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

### **9.2. Do local de entrega**

5.2.1. O objeto deverá ser entregue na Rua João Quirino de Moraes, 319 - Platina, Ituiutaba - MG, CEP: 38302-312, Tel.: (34)3271-8252.

a) O recebimento ocorrerá em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h às 16h, mediante prévio agendamento com o setor responsável.

b) A CONTRATADA deverá observar rigorosamente os dias, horários e especificações constantes neste Termo de Referência. O descumprimento poderá comprometer o regular funcionamento da unidade e ensejar a aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.

### **9.3. Das condições de entrega**

9.3.1. Será avaliado o acondicionamento dos colchões hospitalares no momento da entrega. Não serão aceitos produtos com embalagem violada, rasgada, suja, molhada, amassada ou com qualquer indício de avaria, bem como colchões com rasgos, manchas, deformidades, costuras abertas, odor inadequado ou aparência incompatível com produto novo.

9.3.2. O número da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento deverá constar em cada Nota Fiscal. Não serão aceitas entregas cujos produtos ou documentos fiscais estejam em desacordo com a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento ou as especificações deste Termo de Referência.

9.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação, às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3.4. Os colchões hospitalares e as capas impermeáveis fornecidos deverão ser novos, sem uso, de primeira linha, e atender rigorosamente às especificações constantes neste Termo de Referência, especialmente quanto às dimensões, densidade mínima D33, revestimento em napa 100% PVC impermeável, fechamento hermético, proteção antibacteriana, fechamento com zíper e resistência a produtos de higienização hospitalar.

9.3.5. Além da entrega no local designado pelo CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA realizar a descarga e acomodação dos produtos no local indicado por servidor responsável da unidade, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos causados durante o transporte ou descarregamento.

9.3.6. As entregas ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e solicitação da UPAMI, observados os quantitativos e cronograma definidos pela Administração.

### **9.4. Da garantia do produto**

9.4.1. A garantia dos produtos consiste na obrigação da CONTRATADA de assegurar a qualidade, integridade e adequação dos colchões hospitalares fornecidos, nos termos do art. 12, art. 18 e art. 31 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.



9.4.2. Os colchões deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, rasgos no revestimento, falhas de costura, perda excessiva de densidade da espuma ou qualquer vício que comprometa sua utilização normal.

9.4.3. A CONTRATADA será responsável pela substituição, troca ou reposição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, dos produtos entregues com avarias, defeitos, desconformidade com as especificações ou vícios identificados durante o período de garantia, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.**

10.1 A fiscalização do objeto da presente contratação pela Contratante será exercida por um profissional designado para tal finalidade, nos termos do art.140 da Lei nº 14.133/21, inciso I alínea (b), o objeto será fiscalizado mediante termo detalhado quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.2 Os fiscais e gestores são aqueles expostos no Decreto nº 11.741/2025.

10.3 A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/21, inciso I.

10.4 O profissional designado receberá os itens, cabendo-lhe:

10.4.1 A conferência qualitativa e quantitativa dos itens, recusando-os caso não esteja dentro dos limites das especificações técnicas deste Termo de Referência;

10.4.2 Proceder de forma criteriosa à sua realização.

10.4.3 Prestar ao fornecedor qualquer tipo de esclarecimento quanto à identificação, quantidade ou qualidade das aquisições.

10.4.4 A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

10.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.7 Os materiais e serviços deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

##### **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos colchões hospitalares, por meio de servidor designado.

11.1.2. Informar à CONTRATADA as normas e procedimentos para acesso às dependências da unidade onde ocorrerá a entrega, bem como eventuais alterações.

11.1.3. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto.

11.1.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADAS quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, solicitando sua correção ou substituição conforme as especificações deste Termo de Referência.

11.1.5. Receber os produtos provisoriamente e definitivamente, quando atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições, prazos e valores previstos neste Termo de Referência, desde que os produtos tenham sido entregues e aceitos.

11.1.7. Acompanhar os prazos de entrega e exigir da CONTRATADA as providências necessárias à regularização do fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

##### **11.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.2.1. Indicar preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE durante toda a execução contratual.

11.2.2. Realizar a entrega dos colchões hospitalares e capas impermeáveis, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, no prazo e local indicados pela Contratante.

11.2.3. Fornecer colchões hospitalares e capas impermeáveis novos, sem uso, em perfeitas condições, devidamente embalados, livres de defeitos, avarias ou imperfeições, observando rigorosamente as especificações técnicas, dimensões e materiais exigidos neste Termo de Referência.

11.2.4. Corrigir ou substituir, de forma imediata e sem ônus para a CONTRATANTE, os produtos entregues com avarias, defeitos, vícios, divergências de especificação ou qualquer irregularidade apontada pela fiscalização.

11.2.5. Assumir integral responsabilidade pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, nos termos dos arts. 12, 13 e 18 a 27 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

11.2.6. Apresentar, sempre que solicitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a documentação atualizada de habilitação, qualificação técnica, licença sanitária e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

11.2.7. Ressarcir os prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de falhas, defeitos, atrasos ou irregularidades na execução contratual.

11.2.8. Arcar com todos os custos decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, descarga, embalagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

11.2.9. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e mediante justificativa, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega dos produtos.

11.2.10. Emitir Nota Fiscal/Fatura legível, sem rasuras, contendo a descrição detalhada dos itens fornecidos, quantitativos, número da Nota de Empenho e da Autorização de Fornecimento.

11.2.11. Fornecer à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados acerca do objeto contratado.



11.2.12. Manter sigilo sobre informações obtidas em razão da execução contratual, inclusive aquelas de natureza técnica, administrativa ou operacional. 1.8. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA eventual recusa, total ou parcial, dos produtos entregues, indicando as razões da rejeição.

11.2.13. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir regularmente as obrigações assumidas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

1 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.

2 - moratória de 20% (vinte por cento) em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, calculado sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado.

(a) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)





**12.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**12.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.**

**13.1** A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os motivos seguintes:

**13.1.1** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

**13.1.2** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

**13.1.3** A lentidão no seu cumprimento;

**13.1.4** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**13.1.5** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro, do Artigo 117 da Lei 14.133/2021;

**13.1.6** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**13.1.7** A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

**13.1.8** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do CONTRATO.

**13.2** A rescisão do contrato poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**13.3** Em caso de rescisão unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo certame licitatório, devendo a CONTRATANTE comunicar a rescisão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A CONTRATADA, em caso de eventual manifestação de requerimento de rescisão, deverá fazê-lo com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único: O CONTRATADO reconhece os direitos da Administração, em caso de responsabilização administrativa conforme disposto no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.**

**14.1.** É VEDADO À CONTRATADA:

**14.1.1** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**14.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.**

**15.1** O presente instrumento poderá ser alterado nos casos previstos pelo artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente fundamentado pelo Gestor do Contrato e autorizado pela autoridade competente.

**15.2** O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato

**15.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.**

**17.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

### **18. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**18.1 DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

**18.1.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**18.1.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**18.1.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**18.1.4.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

**18.1.5.** A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.



**18.1.6.** A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.**

**19.1** É eleito o Foro da Comarca de Ituiutaba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**19.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Ituiutaba/MG, ..... de ..... de 2026.

Conrado Henrique Nascimento Alves Pereira  
Secretário Municipal de Saúde

Contratado

**Testemunhas:**